

Estado terá que repassar R\$ 16 milhões para PMA

Decisão judicial beneficia a Secretaria da Saúde da Prefeitura da capital

Greycy Andrade
DA EQUIPE JC

Uma decisão do Tribunal de Justiça de Sergipe determina que o Estado de Sergipe, através da Secretaria Municipal de Estado da Saúde, realize num prazo de 30 dias, o repasse de R\$ 16 milhões, ao Fundo Municipal de Saúde. A promotora de Justiça, **Euza Missano**, explicou que em agosto deste ano uma ação civil pública foi movida após audiência onde a secretária da Saúde de Aracaju, Gorette Reis, informou que o débito do Estado para com o município estava comprometendo a prestação de serviços.

A promotora de Justiça explicou ainda que a juíza na época determinou que o Estado reconstituísse os Fundos, pois ele não poderia atrasar os repasses que deveriam ser recompostos adequadamente. “Na época, a Secretaria de Saúde do Município informou que a dívida era de R\$ 21 milhões, mas como o Estado não tinha se pronunciado quanto à dívida, a juíza resolveu esperar o Estado se pronunciar. Foi quando a secretária de Saúde, em entrevista a uma rádio local, revelou que a dívida do Estado para com o município não era de R\$ 21 milhões, mas sim, R\$ 16 milhões”, informou.

A determinação da juíza diz ainda que a ausência de repasses de valores de financiamento do Fundo Nacional de Saúde e Fundo Estadual de Saúde ao Fundo Municipal, para execução de serviços e ações de saúde, não coaduna com os preceitos da administração pública, e que o deferimento da medida servirá para diminuir o risco, dada a possibilidade de danos irreparáveis à sociedade em geral.



André Moreira

PROMOTORA
Euza Missano:
ação movida
pelo Ministério
Público obriga
o Estado a
regularizar
repasses à
Secretaria
da Saúde de
Aracaju

Dessa forma, ficou determinado que o Estado de Sergipe promova a recomposição do Fundo da Secretaria Municipal de Saúde, no prazo de 30 dias, diante da impossibilidade do município manter as ações e serviços de saúde para os sergipanos, sem o devido financiamento, em valores do Fundo Nacional e Fundo Estadual de Saúde, sob pena de incidir em multa diária na ordem de R\$ 1000 até o limite máximo de R\$ 50 mil.

Por meio de nota, a assessoria de Comunicação da Secretaria de Estado da Saúde (SES), informou que a assessoria Jurídica do órgão ainda não foi notificada. Informou ainda que “das verbas que o Estado recebe da União na área da Saúde, parte é repassada para o município de Aracaju, que tem uma característica diferente dos demais, já que é referência em casos de média e alta complexidade por concentrar, em seu território, a grande maioria dos prestadores. Com a adesão às redes Cegonha e de Urgência e Emergência, foram destina-

dos recursos específicos para o custeio também dos seguintes estabelecimentos de saúde: Hospital Santa Isabel, que oferta serviços pela Rede Cegonha e pela de Urgência e Emergência; e Hospital Cirurgia, prestador pela Rede de Urgência e Emergência.

Os recursos para custeio das ações previstas para estes estabelecimentos foram repassados para o Fundo Estadual de Saúde por decisão do Ministério da Saúde, através da Portaria nº 2.780 de 24 de novembro de 2011.

“Os repasses referentes ao ano de 2013 estão com as transferências sendo efetuadas imediatamente após serem lançados os créditos pelo Fundo Nacional de Saúde. Somente este ano, a Secretaria de Estado da Saúde, de 28 de janeiro até 9 de setembro, já repassou para o Fundo Municipal de Saúde de Aracaju mais de R\$ 46 milhões, o que inclui, também, os repasses previstos para esses estabelecimentos”, destaca Hélio Farias, diretor de Gestão de Sistemas da Secretaria de Estado da Saúde.

Além disso, sobre o débito reconhecido pela Secretaria de Estado com o município de Aracaju, em fevereiro, inclusive em reunião no Ministério Público, referente a um passivo até 31 de dezembro de 2012, na ordem de R\$ 23 milhões com Aracaju, R\$ 12 milhões, que são da fonte do Tesouro Estadual, estão sendo quitados ainda em outubro.

“Quantos aos R\$ 11 milhões da fonte federal, mais de R\$ 5 milhões precisavam ser abatidos em um encontro de contas. O município deveria ter repassado ao Estado e não o fez ainda. O valor corresponde a recursos depositados diretamente do Fundo Nacional para o Fundo Municipal para que este, enquanto gestor pleno e estando as unidades estabelecidas no seu território, fizesse o repasse ao Estado por ser o executor do serviço de leitos de UTI do Huse e da Maternidade Nossa Senhora de Lourdes, utilizados pelo município de Aracaju. Precisamos desse encontro de contas para acertar definitivamente esses valores”, conclui a secretária.